



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

## EDITAL N.º 01/2011

Teste seletivo para ingresso ao quadro de estagiários de Graduação do Ministério Público do Estado do Paraná.

O Promotor de Justiça, Dr. GUILHERME MARTINS AGOSTINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo n.º 5713/2011, resolve

### TORNAR PÚBLICO

o presente edital, que estabelece as instruções destinadas à seleção e contratação de estagiários para atuarem junto à 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ASSAÍ.

1 - **Dos requisitos:** poderão se inscrever bacharéis em direito, devidamente matriculados a partir do 3º ano ou 5º semestre.

2 - **Das vagas a serem preenchidas:** o candidato selecionado ocupará 01 (uma) vaga existente junto à 1ª Promotoria de Justiça de Assaí e deverá cumprir carga horária de 20 horas semanais no período vespertino. Os demais aprovados formarão cadastro de reserva para eventuais vagas que venham a surgir na 1ª ou 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Assaí/PR.

3 - **Do programa:** O teste seletivo constará de 16 (dezesseis) questões objetivas e 01 (uma) referente à elaboração de peça jurídica na área de atuação desta Promotoria de Justiça, versando sobre os seguintes temas:

a) Direito Penal – 1. Código Penal - Parte Geral e Parte Especial; 2. Lei 11.343/2006 (Tóxicos); 3. Lei 10.826/03 (Armas de Fogo); 4. Lei 9.605/98 (Crimes Ambientais); 5. Lei 8.072/90 (Crimes Hediondos); 6. Lei 2.252/54 (Corrupção de Menores); 7. Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); e 8. Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro);





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

b) Direito Processual Penal e Execução Penal – 1. Código de Processo Penal; e 2. Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal);

c) Direito Civil: Parte Geral;

d) Direito Processual Civil – Parte Geral e Processo de Conhecimento;

Observações:

- A prova de elaboração de peça jurídica terá valor de 6,0 pontos e a prova objetiva o valor de 4,0 pontos (2,5 cada questão).

- Para a realização da prova de elaboração de peça jurídica será permitida a utilização de legislação, desde que sem comentários ou anotações.

- Para a realização da prova objetiva não será permitida a utilização de legislação nem qualquer material de apoio.

- A prova objetiva será entregue por primeiro aos candidatos. A prova de elaboração de peça jurídica será entregue aos candidatos tão logo terminem a prova objetiva e a entreguem ao fiscal de sala;

O candidato que não obtiver a nota igual ou superior a 4,00 (quatro) pontos na prova, na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), estará automaticamente eliminado.

4 - **Das inscrições:** serão realizadas pessoalmente no período de 14.04.2011 a 20.04.2011, no Gabinete da 1ª Promotoria de Justiça de Assaí, localizado na Rua Bolívia, s/nº, Fórum, Assaí/PR, das 13h30minh às 17h00minh.

5 - **Da documentação necessária:** o candidato deverá anexar no momento da inscrição os seguintes documentos:





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

a) Fotocópias da cédula de identidade e do CPF.

b) Ficha de inscrição preenchida com os dados do candidato para o teste, fornecida pelo órgão ministerial.

**6 - Do teste seletivo:** Os candidatos deverão comparecer no Salão do Tribunal do Júri da Comarca de Assaí, localizada à Rua Bolívia, s/nº, Fórum, no dia 25 de abril de 2011 (segunda-feira), às 13h30min, munidos do comprovante de inscrição, caneta esferográfica azul ou preta, lápis e borracha, para realização do teste, sendo que o não comparecimento do candidato até o horário de início da prova implicará sua desclassificação do teste seletivo. O teste seletivo terá duração de 03 (três) horas.

**7 - Da Classificação:** Serão classificados todos os candidatos que atingirem a nota mínima: 4,00 (quatro) (na escala de 0,00 a 10,00), desde que preencham os requisitos constantes deste Edital e estejam em conformidade com os dispositivos da Resolução 2346/2008, da PGJ.

**8 - Dos resultados:** serão afixados no Gabinete da 1ª Promotoria de Justiça de Assaí-PR, a partir do dia 28.04.2011, às 14h00min.

Após a publicação do Edital de Classificação do teste seletivo, os candidatos classificados deverão apresentar certidão de matrícula em um dos três últimos anos ou semestres equivalentes do curso de bacharelado em Direito, reconhecidas ou autorizadas a funcionar pelo Ministério da Educação.

A contratação do(s) candidato(s) aprovado(s) dependerá da conveniência ao Ministério Público do Estado do Paraná, bem como do atendimento dos requisitos acima apontados. Os casos omissos serão resolvidos pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Divisão de Estágios.

Assaí, 5 de abril de 2011.

  
GUILHERME MARTINS AGOSTINI

Promotor de Justiça